

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA: UM ESTUDO DE CASO DE UMA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Elisa Welter¹
Rosimeri Oberger²
Cezar Roberto Vanzella³

RESUMO: A Demonstração do Valor Adicionado - DVA permite que as empresas prestem contas dos seus atos perante a sociedade, seus sócios e demais colaboradores, além de ser de extrema importância para a classe empresarial num mercado cada vez mais globalizado. Embora as informações geradas pela DVA sejam de grande importância para que a empresa demonstre sua responsabilidade perante a sociedade, é pequeno o número de empresas que o elaboram, isto é explicável, pois a maioria das empresas não tem informação da sua existência, não tem preparo para a elaboração da mesma e, em alguns casos, não existe o interesse em elaborá-la. Por isso, o objetivo deste trabalho foi o de elaborar e analisar o Demonstrativo do Valor Adicionado e verificar qual a capacidade de geração de riqueza e a forma com que a mesma é distribuída pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico. Constatou-se que a maior parte de sua riqueza destina-se ao governo e, em seguida, para seus próprios funcionários e, em terceiro lugar, para capitalizar seu capital próprio. Já a fonte de riqueza, quase 100%, foi de geração própria. Pode-se também constatar de forma visível na DVA e através dos cálculos dos diversos índices que a cooperativa muito contribui para com a sociedade em que está estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE: Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado, Responsabilidade Social.

DEMONSTRATION OF ADDED VALUE – DVA A STUDY OF CASE OF AN COOPERATIVE OF ELECTRIFICATION AND ECONOMIC

ABSTRACT: The Demonstration of the Added Value – DAV allows the companies to render accounts of its acts to society, its partners and other

¹ Pós-graduanda em Contabilidade Gerencial e Controladoria pela UNIPAR/Toledo. Bacharel em Ciências Contábeis pela UNIPAR/Toledo. E-mail: elisa@oel.com.br

² Pós-graduanda em Contabilidade Gerencial e Controladoria pela UNIPAR/Toledo. Bacharel em Ciências Contábeis pela UNIPAR/Toledo. E-mail: rosimerioberger@bol.com.br

³ Mestre em ciências Sociais Aplicadas – Área de Concentração Ciências Contábeis - Professor do Curso de Ciências Contábeis – UNIPAR Campus Toledo – End. Av. Parigot de Souza nº 3636 - Jardim Prada, CEP: 85.900-100 Email ccontábeis_tol@unipar.br.

collaborators, being of extreme importance for the management class, in a more and more globalized market. Although the information generated by DAV is of great importance for the company to demonstrate its responsibility before the society, the number of companies that elaborate it is small. That is explainable, because most of the companies don't know of its existence, they don't have preparation to elaborate it, and in some cases, the interest in elaborating it doesn't exist. This work had the goal of elaborating and analyzing the Demonstrative of the Added Value and verifying the capacity of wealth generation and how the Electrification and Economic Development Cooperative distribute this wealth. It was verified that most of its wealth is destined to the government, and soon after to its own employees, and in third place to capitalize its own capital. As for the wealth source, it was almost 100% self-generated. It could also be verified in a noticeable way in the DAV and through the calculations of the several indexes that the cooperative has great contribution for the society in which it is established.

KEY WORDS: Social Balance, Demonstration of the Added Value, Social Responsibility.

Introdução

O mundo vem passando por transformações tanto políticas, econômicas quanto sociais, e as empresas são afetadas diretamente com isso, pois a competitividade está acirrando-se cada vez mais e é preciso acompanhar essa evolução mudando antigos padrões, formando um novo ambiente empresarial onde não prevaleçam apenas os interesses dos acionistas, mas de todos os seus colaboradores, funcionários, fornecedores, clientes e toda a sociedade.

Essas constantes mudanças exigem das empresas uma busca cotidiana de novas estratégias para que possam se manter no mercado. Por tal razão, muitas delas têm-se direcionado para a sua responsabilidade social diante da sociedade, fazendo uso disto como um diferencial para tentar vencer a concorrência. Uma das ferramentas utilizadas para a evidenciação desta responsabilidade social, por parte das empresas, vem sendo o Balanço Social. Este instrumento atualmente é considerado o mais adequado para as empresas demonstrarem publicamente o seu compromisso como empresas-cidadãs.

Outra ferramenta que vem auxiliar o Balanço Social é a DVA, ou seja, a Demonstração do Valor Adicionado, um demonstrativo que busca evidenciar a geração de riquezas da empresa e como essa riqueza será distribuída entre seus empregados, financiadores, acionistas e governo. Apresenta-se como uma forma de a empresa prestar contas à sociedade, pois enquanto o DRE busca apenas demonstrar o lucro da empresa a seus proprietários, a DVA vai mais além,

demonstra as fontes de geração de suas riquezas e quem está sendo beneficiado com as mesmas. Essa ferramenta não está apenas direcionada aos proprietários da empresa, mas à sociedade em geral, pois evidencia a real contribuição da entidade aos diversos fatores econômicos da sociedade.

Revisão da Literatura

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil que visa expor o Ativo, Passivo e o Patrimônio Líquido. Segundo Fipecafi (2003, p. 29), “o balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática.”

Matarazzo (1998) diz que o patrimônio líquido da empresa é a diferença entre o Ativo e o Passivo e representa o capital investido pelos proprietários da empresa. Estes recursos podem ser trazidos de fora da empresa, ou mesmo gerados por ela em suas operações e retidos internamente. Portanto, o Ativo é um grupo de contas que demonstra o que a empresa tem de concreto, enquanto que os bens e direitos da empresa são comprovados por documentos que podem ser vistos e tocados, com algumas exceções, como as despesas antecipadas e diferidas, que representam investimentos que vão trazer benefícios em exercícios seguintes. Portanto, o Balanço Patrimonial é um demonstrativo que traz apenas os fatos registrados, conforme princípios contábeis e apresentam os fatos quantificáveis em dinheiro.

Quanto à classificação das contas no balanço, Fipecafi (2003 p.29) baseia-se no artigo 178, da Lei nº 6.404, designando que “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que são registradas e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia”. Assim sendo, o balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O Ativo compreende os bens e direitos, o Passivo, as exigibilidades e obrigações e o Patrimônio Líquido representa a diferença entre o ativo e o passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

Sendo assim, é de suma importância que as contas sejam classificadas, no balanço, de forma ordenada e uniforme para permitir aos usuários uma adequada análise e interpretação da situação patrimonial e financeira. Segundo Fipecafi (2003), para atender a esse objetivo, o artigo 178 e 179 da Lei nº 6.404, estabeleceu como deve ser a disposição das contas no Balanço Patrimonial.

Segundo Fipecafi (2003), no Ativo, a classificação deve ser em ordem decrescente de grau de liquidez. Apresenta-se primeiro as contas que mais rapidamente podem ser colocadas à disposição da empresa, iniciando-se com o

disponível que é caixa e bancos, depois contas a receber, estoques seguindo assim uma ordem decrescente de liquidez. Enquanto para o Passivo, as contas devem observar a ordem decrescente de prioridades de pagamento das exigibilidades, sendo que as contas que primeiro devem aparecer são aquelas cuja exigibilidade ocorra antes.

Destaca-se que a evidenciação do Balanço Patrimonial é padrão para todas as empresas, cada qual adapta-a a sua entidade.

Em relação às demonstrações financeiras obrigatórias para todos os tipos de empresas, a Lei nº 6.404, estabelece quatro instrumentos: o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado do Exercício, a Demonstração de Lucros/Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens de Recursos. Deve-se destacar que, na atualidade, estes demonstrativos já não estão mais atendendo, de forma eficaz, à necessidade de seus usuários.

Muitas empresas, embora não seja obrigatório, vêm elaborando o Balanço Social que traz mais informações e, juntamente, com os demais demonstrativos vem atendendo à demanda de informações de seus usuários.

Resumidamente, cada demonstração expõe para seus usuários as seguintes informações: além do Balanço Patrimonial, já mencionado anteriormente; o Demonstrativo de Resultado do Exercício, que demonstra os aumentos e reduções ocorridas no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa e apresenta quanto foi o Lucro da entidade; a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, que apresenta as variações de todas as contas do Patrimônio Líquido entre dois balanços e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos que evidenciam a variação do capital circulante líquido; e o Balanço Social, cujo papel é demonstrar os dados sociais das empresas, fornecendo informações que permitam ao usuário externo avaliar a profundidade e a qualidade de sua atuação social (MATARAZZO, 1998).

Balanço Social

O Balanço Social é uma demonstração que foi criada com a finalidade de tornar pública a responsabilidade social das empresas. Tem como principal objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico e financeiro das empresas e o retorno econômico e social em benefício da sociedade. É considerado um instrumento que fornece dados aos usuários de informação contábil referente às políticas internas, quanto à geração e distribuição de sua riqueza, à qualidade de vida nas organizações, à promoção humana de seus funcionários e à postura das empresas em relação ao meio ambiente e à própria comunidade (FIPECAFI, 2003).

Como se pode perceber, o Balanço Social é uma demonstração forte de Marketing, mas não serve só para isso, é também considerado um instrumento de apoio aos proprietários nas tomadas de decisões. O Brasil não possui um modelo oficial de Balanço Social, pelo fato de sua elaboração e publicação ainda não ser obrigatória em nível federal, mas já existem projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional, bem como na Câmara de Deputados. Porém, em alguns Estados e Municípios já existe legislação que torna obrigatória sua publicação, mas ainda gera muita polêmica, pois muitos autores discordam dessa obrigatoriedade alegando a necessidade de conscientização das empresas de sua responsabilidade perante a sociedade. Apesar de não ser obrigatória a sua publicação, várias empresas divulgam seu balanço social, a maioria seguindo o modelo criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais-Econômicas – IBASE (KROETZ, 2000).

Demonstração Do Valor Adicionado – DVA

A DVA é um instrumento contábil que visa à identificação da riqueza gerada pela empresa, a maneira que a entidade agrega valor à economia do país. Este demonstrativo surgiu tendo em vista que a Demonstração do Resultado do Exercício identifica apenas qual a parcela da riqueza criada que, efetivamente, permanece na empresa na forma de lucro, logo, não identifica as demais gerações de riqueza, bem como as demais demonstrações financeiras também não são capazes de identificar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando às mercadorias ou insumos que adquire. As demonstrações mencionadas não identificam, ainda, quanto e de que forma são distribuídos os valores adicionados ou agregados (NEVES e VICECONTI, 2002).

A Demonstração do Valor Adicionado fornece uma visão mais abrangente sobre a real capacidade de uma empresa produzir riqueza e sobre a forma como distribui essa riqueza entre os diversos fatores da produção. Por isso, é um poderoso instrumento auxiliar do Balanço Social, já que a empresa estará mostrando à sociedade o quanto contribui para a geração de riqueza no país e como as parcelas agregadas são distribuídas pelos diversos agentes econômicos que a ajudaram a efetivar a produção (NEVES e VICECONTI, 2002).

Segundo o mesmo autor, a DVA representa a riqueza que a entidade gera em certo período de tempo. Com isso, pode-se afirmar que a soma das importâncias agregadas representa a soma das riquezas criadas. A DVA é um demonstrativo não só direcionado aos proprietários das empresas, como é o caso da Demonstração de Resultado do Exercício, mas um instrumento que abre um leque para a sociedade, pelo fato de sua função ser de divulgação e identificação do valor da riqueza gerada pela entidade e de que forma a mesma foi distribuída

entre os diversos setores que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta geração de riqueza, que são os trabalhadores, proprietários, governo e terceiros.

O Demonstrativo de Resultado do Exercício é mais conhecido e obrigatório pela Lei nº 6.404/76, e tem como principal objetivo avaliar quanto foi o lucro ou prejuízo que a empresa obteve. É um Instrumento Contábil de grande importância, mas direcionado aos donos das empresas, ficando um demonstrativo vazio para a comunidade. A necessidade de instrumentos Contábeis mais transparentes, juntamente, com a relação intersocial existente com a globalização de mercado exige conhecimentos adicionais, que podem ser identificados na DVA. Não se desprezando o lucro é claro, pelo fato de ser uma característica fundamental da continuidade das empresas (FIECAFI, 2003).

Objetivo da DVA

De acordo com Neves e Viceconti (2002), toda e qualquer empresa que estiver em produção está gerando riqueza, isto representa a diferença entre o valor da venda e o valor pago a terceiros a título de insumos para a obtenção dos produtos, mercadorias ou serviços. No entanto, ao analisar a DVA, pode-se constatar que, no início, o valor pago a terceiros diminui em relação à aquisição de mercadorias, serviços e matérias para consumo administrativo.

Também, pode-se verificar que a transferência da riqueza aparece na parte inferior da DVA, demonstrando, assim, sua afetiva distribuição na forma de pagamento de impostos ou até mesmo do capital de terceiros. Portanto, a DVA fornece uma visão bem ampla sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza e como distribui a mesma (NEVES e VICECONTI, 2002).

Importância da Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da DVA, atualmente, vem sendo exigida por alguns países onde empresas internacionais desejam se instalar. Dessa forma, o país que irá sediar a empresa poderá conhecer o retorno que ela dar-lhe-á por meio da previsão do valor adicionado que gerará. Para esses países, o importante não é o que a empresa irá importar, mas sim, o quanto ela vai gerar de riqueza, bem como sua distribuição. O DVA possibilita visualizar, de forma clara, a parte da riqueza que pertence aos sócios, aos terceiros que financiam a entidade, aos funcionários e ao governo (NEVES e VICECONTI, 2002).

Já no caso da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, a parte que cabe aos terceiros (capitalistas, empregados, governo) é considerada como despesas/custos, do ponto de vista dos proprietários, pois aparece como redução do lucro, conseqüentemente, como redução da parcela que cabe a cada proprietário. Ao analisarem-se as duas demonstrações, pode-se concluir

que ambas têm enfoques bem diferentes e objetivam fornecer informações sob diferentes pontos de vista, embora sejam complementares e imprescindíveis. Por isso, a elaboração e divulgação das duas demonstrações (DRE e DVA) atendem, de forma eficaz, à necessidade que os usuários possuem de informações adicionais às atuais demonstrações contábeis obrigatórias (NEVES e VICECONTI, 2002).

Ainda, segundo os autores, muitos estados e municípios dão incentivos fiscais para que as empresas se instalem em seu estado ou município, mas, no momento de analisar o projeto de viabilidade da empresa, um dos fatores que, muitas vezes, se leva em consideração é a geração de riqueza e sua distribuição. Assim, esse fator pode ser decisivo na concessão de incentivo fiscal, pois a geração de riqueza e sua distribuição são de suma importância para o município ou estado, pois gera valor agregado, o que propicia o crescimento econômico regional.

Portanto, a DVA pode ser considerada um grande diferencial para a empresa, pois, enquanto a DRE apenas demonstra qual foi o lucro, ela mostra toda a riqueza gerada pela empresa e de que maneira a mesma será distribuída.

Usuários da Demonstração do Valor Adicionado

Ressalta-se que a DVA favorece ao público que se interessa pelo desenvolvimento da entidade informações de cunho social e isto permite aumentar o número de usuários. Destaca-se que, quanto maior for a transparência das informações repassadas ao público, melhor para as entidades pelo fato de as mesmas gerarem um aumento da confiabilidade junto aos seus usuários assegurando, assim, a sobrevivência da empresa.

Kroetz e Cosenza (2004) em seu artigo “Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social”, publicado na revista do CRCPR, indicam os principais usuários das informações contidas na DVA, que são os seguintes:

- os funcionários - que são fundamentais ao desenvolvimento da empresa por sua capacidade de trabalho e criatividade e que, quanto mais motivados estiverem no ambiente de trabalho, melhor para a entidade, pois são eles os beneficiários diretos e os responsáveis pela continuidade da empresa. Também é de grande importância para estes usuários que tenham conhecimentos para compreenderem a importância dos investimentos sociais;
- os acionistas - principais usuários da DVA. São eles os proprietários das empresas, os formadores do capital próprio da empresa e eles podem, portanto, fazer uma análise, por meio desse demonstrativo, para a elaboração de futuros projetos ou, até mesmo, se for o caso,

- diminuí-los em prol da continuidade da empresa;
- administradores - como são eles que estão no comando da entidade, a DVA serve para auxiliá-los no planejamento estratégico e nas tomadas de decisões. Eles são os segundos interessados a querer estar a par do resultado da geração de riqueza da empresa, devido as suas remunerações, é claro;
 - comunidade - como é na comunidade que se reflete o desenvolvimento da economia, ela é considerada a beneficiária direta das ações sociais da empresa, e pode influenciar com sua opinião em favor ou não da entidade. É por meio da DVA que a sociedade pode identificar as ações sociais que a empresa está realizando em favor da comunidade e também a própria geração de riqueza;
 - o governo - como é o responsável por promover as condições para o desenvolvimento das atividades da empresa, é o único que pode exigir a elaboração e até mesmo a publicação deste demonstrativo, pois é ele que identifica as atividades realizadas em prol da sociedade. Para o governo, a elaboração da DVA pode ajudar a fazer estudos comparativos quanto à tributação, se por setores ou, até mesmo, por atividades. Dessa forma, poderá mostrar a realidade das categorias que mais contribuem para a formação da receita tributária, pois, por meio deste demonstrativo o governo pode apresentar o crescimento econômico da região e até mesmo do país;
 - os financiadores - primeiramente, pode-se destacar que as empresas financiadoras de crédito estão cada vez mais levando em consideração as ações sociais, econômicas e ambientais para concessão de crédito para o funcionamento da empresa. Assim, percebe-se que se acaba fechando um ciclo e que para um bom andamento dos negócios da empresa é viável a elaboração e publicação da DVA;
 - consumidores - cabe ao mercado consumidor a continuidade da empresa no meio social por meio da satisfação do cliente, de produtos de qualidade e do preço do produto, que é um item de suma importância. É por intermédio da Demonstração do Valor Adicionado que a comunidade pode identificar o que esta empresa está fazendo em prol da sociedade.

No Quadro 01, pode-se visualizar um Modelo da Demonstração do Valor Adicionado, a DVA, elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), modelo esse utilizado por várias empresas.

QUADRO 1 – Modelo da Demonstração do Valor Adicionado – DVA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
DESCRIÇÃO	R\$ Mil
1 – RECEITAS	
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão / (Constituição)	
1.3) Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	
2.1) Matérias-primas consumidas	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	
6.2) Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO*	
8.1) Pessoal e encargos	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	
8.3) Juros e aluguéis	
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	

FONTE: FIPECAFI (2003, p. 453)

Estudo de caso de uma cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico.

Caracterização da Empresa e Suas Principais Atividades de Geração de Riqueza

Em se tratando de uma cooperativa de Infra-estrutura, sua atividade é o fornecimento de energia elétrica e a assistência técnica aos seus associados. Seu objetivo é o de promover o desenvolvimento sócio-econômico da sua área de atuação, por meio do fornecimento de energia elétrica, principalmente, aos seus

associados, estimular a prática de novas atividades rurais mediante o emprego de modernos processos tecnológicos e também da racionalização dessas atividades, de forma a promover o bem-estar e o conforto do associado e melhorar as suas condições econômicas. Sendo a energia elétrica a principal geração de riqueza da cooperativa, com o passar dos anos a empresa foi expandindo-se, e, atualmente, conta com outras fontes de riqueza, como a assistência técnica, loja de eletro-eletrônicos e supermercado.

A Cooperativa “W” constituiu-se, em 1973, com 35 associados fundadores. Permaneceu no mercado com o fornecimento de energia elétrica, juntamente, com a assistência técnica na área de eletrificação e, devido à demanda que vinha surgindo, viabilizou a necessidade de implantação de uma loja de motores e eletro-eletrônicos, que aconteceu em seguida. E em 1992 implantou o supermercado atendendo melhor seus associados e clientes, tanto no aspecto social quanto no econômico.

Resumidamente, as principais fontes de geração de riqueza da Cooperativa “W” são o fornecimento de energia elétrica, a venda de eletro-eletrônicos e o supermercado. A geração de riquezas produzida pelos seus associados, clientes e colaboradores e distribuída para o governo por meio dos impostos recolhidos aos cofres públicos, para os fornecedores, colaboradores, com seus salários, e para seus associados – por intermédio da distribuição de sobras em cada período, são dados que poderão ser vistos nos cálculos da DVA, apresentada a seguir, juntamente, com os resultados dos últimos cinco anos.

Análise da DVA através dos diversos índices

Segundo Neves e Viceconti (2002, p. 437), a análise consiste no “método de preparação de dados estatísticos, visando a sua interpretação”, ou seja, é uma forma de estudar as demonstrações de maneira que se possam interpretar os dados apresentados, procurando decompor os demonstrativos para que se tenham informações mais analíticas.

O principal objetivo de uma análise é extrair informações do demonstrativo para, posteriormente, ser utilizada nas tomadas de decisões. Segundo Matarazzo (1998), os demonstrativos têm capacidade de fornecer uma série de dados sobre a entidade, de conformidade com as regras contábeis. É por intermédio da análise que se transformam os dados em informações que poderão ser mais eficientes no momento da tomada de decisões. A distinção entre dados e informações, segundo Matarazzo (1998, p. 18), é:

- a) **Dados** são números ou descrição de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor.
- b) **Informação** representa, para quem as recebe, uma comunicação que

pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanhada de um efeito-surpresa.

Neste trabalho, serão evidenciados aspectos relevantes da DVA por meio da análise dos índices. Segundo Matarazzo (1998, p. 153), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Dalmácio (2004), em seu artigo “Indicadores para análise da demonstração do valor adicionado”, publicado na Revista Brasileira de Contabilidade, sugere a utilização de índices criados especificamente para análise da DVA.

Os dados utilizados para a análise são retirados da DVA e têm por objetivo evidenciar a geração de riqueza e sua aplicação, pode-se, por intermédio destes índices, ter-se uma visão bem ampla da geração de riqueza, bem como sua destinação.

Foi elaborada uma Demonstração do Valor adicionado da Cooperativa “W”, que se encontra em anexo, e, a partir desta DVA far-se-á uma análise por meio dos índices sugeridos por Dalmácio. No Quadro 02, pode-se visualizar os cálculos dos índices e, logo a seguir, a análise do que se pôde evidenciar através desses cálculos.

QUADRO 2 – Cálculo dos indicadores para análise da demonstração do valor adicionado

	2004	2003	2002	2001	2000
$PEVA = \frac{VADE}{VAT} \times 100$	32,30%	34,34%	33,69%	37,83%	38,03%
$PGVA = \frac{VADG}{VAT} \times 100$	54,29%	59,40%	59,92%	53,71%	54,76%
$GRVA = \frac{LR}{VAT} \times 100$	13,42%	6,25%	6,39%	8,46%	7,22%
$GCPR = \frac{VALPE}{VAT} \times 100$	96,73%	96,81%	98,00%	98,80%	99,51%
$GRRT = \frac{VART}{VAT} \times 100$	3,27%	3,19%	2,00%	1,20%	0,49%
$GCFFROE = \frac{IAT + Rt}{Rc} \times 100$	72,29%	74,50%	74,15%	72,90%	73,46%
$GPERG = \frac{VALPPE}{QE}$	48.884,44	45.062,88	42.936,77	37.453,05	35.136,81

O índice de Participação no Valor Adicionado Total (PEVA), Quadro 1, indica qual é o percentual de participação de empregados no valor adicionado total a ser distribuído pela empresa. Para a apuração deste índice é preciso apurar o valor adicionado distribuído aos empregados – VADE - que é o dividido pelo valor adicionado total – VAT - a distribuir multiplicado por 100. Vê-se que, no ano de 2000, o percentual distribuído aos empregados em relação ao total do valor adicionado a distribuir era de 38,03%; em 2001 passou para 37,83%; no ano 2002, o percentual diminuiu para 33,69%; já em 2003 houve um pequeno aumento para 34,34%, mas, voltou a cair em 2004, passando para 32,30%. Com relação a este índice pode-se constatar que, com o passar do tempo, ocorreu uma redução da participação dos empregados na distribuição do valor adicionado.

Já o índice de Participação do Governo no Valor Adicionado - PGVA, ou seja, o percentual de valor adicionado que foi destinado ao governo, embora esse índice seja semelhante ao anterior, a diferença no cálculo é de que se utiliza o valor adicionado distribuído ao governo - VADG - que é dividido pelo total do valor adicionado a distribuir - VAT - e multiplicado por 100. Percebe-se que esse índice, apesar de sofrer algumas alterações, para menos ou para mais, com o passar do tempo mantêm-se constante. Em 2000, o primeiro ano analisado, o percentual distribuído ao governo foi de 54,76%; em 2001 diminuiu para 53,71%; em 2002 aumentou para 59,92%; em 2003, apesar de insignificante a diferença, o percentual diminuiu para 59,40%; e, em 2004, houve um declínio para 54,29%, quase se igualando ao percentual de 2000. Estas oscilações são constantes devido ao volume de vendas. Também se deve levar em consideração a própria economia do País, pois se a mesma estiver passando por uma crise, com certeza, as vendas vão baixar e os impostos arrecadados para o governo vão diminuir.

Em relação ao Grau de Retenção do Valor Adicionado – GRVA -, por meio deste índice verifica-se o percentual do valor adicionado que será retido na empresa sob a forma de lucros, ou seja, o percentual da riqueza gerada que será agregada ao capital próprio. Neste cálculo, tem-se o LR, que são os lucros retidos dividido pelo valor adicionado total - VAT - a distribuir multiplicado por 100. Percebe-se que as alterações sofridas nos primeiros quatro anos, tanto para mais como para menos, não são tão significativas. Em compensação, em 2004, houve um aumento considerável para 13,42%, comparando-se com o ano de 2003, que era de 6,25%. Conclui-se, portanto, que, nesse último ano, a empresa aumentou significativamente seu capital próprio com relação aos anos anteriores.

Os três primeiros índices analisados demonstram onde foram destinadas as riquezas geradas pela entidade, ou seja, como foi distribuído o valor adicionado total. Constatou-se que a maior parte desse valor distribuído ficou com o governo, com uma média, nos cinco anos, de 56,41%; depois vêm os empregados, com 35,24%; e,

por último, o valor que será agregado ao capital da empresa com 8,35%.

Nos dois próximos índices temos as fontes de riquezas da entidade. O primeiro é o GCPR – Grau de Capacidade de Produzir Riquezas –, por meio deste cálculo pode-se demonstrar qual a verdadeira capacidade da entidade em produzir riqueza. Para efetuar-se o cálculo tem-se o VALPE, que é o valor adicionado líquido produzido pela entidade dividido pelo valor adicionado total a distribuir que é o VAT multiplicado por 100. O índice seguinte é o GRRT – Grau de Riqueza Recebida em Transferência, em que se calcula o percentual recebido em transferência pela entidade. A diferença do cálculo deste índice para o anterior é o VART, que é o valor adicionado recebido em transferência que é dividido pelo VAT. Analisando-se os cálculos, no Quadro 1, desses dois índices, nota-se que o primeiro índice vem sofrendo uma leve queda a cada ano, ou seja, a capacidade da empresa em gerar sua própria riqueza vem diminuindo. Em conseqüência disso, o grau de transferências recebidas pela empresa por meio de receitas financeiras vem sofrendo aumentos, pode-se concluir que essa alteração não é relevante, pois apesar dessas alterações a capacidade própria da empresa em gerar suas riquezas é muito mais alta do que a recebida em transferência.

Já em relação ao Grau de Contribuição na Formação de Riquezas de Outras Entidades – GCFROE, demonstrar o percentual de contribuição de uma entidade na formação de riquezas de outras entidades, em outras palavras, indica quanto da riqueza gerada pela Cooperativa “W” está sendo transferida para outras entidades por meio da aquisição de insumos, por exemplo: valor repassado aos fornecedores de matéria-prima; mercadorias; serviços e outros. Para efetuar o cálculo desse índice utiliza-se o IAT, que são os insumos adquiridos de terceiros multiplicado pelas retenções – RT, dividido pelas receitas - RC multiplicado por 100. Pode-se constatar, no Quadro 1, que esse índice não apresentou grandes alterações durante os cinco anos analisados, pois ficou com uma média de 73,46%, percentual este significativo, ou seja, a participação da Cooperativa “W” em outras entidades é representativa.

O último índice apurado foi o GPERG – Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada, este índice é demonstrado em valor na tabela dos índices e não em percentual como os anteriores. Indica qual o valor de riqueza gerado pelos empregados em relação ao valor adicionado líquido produzido pela entidade. Para o cálculo tem-se o VALPPE, que é o valor adicionado líquido produzido pela entidade dividido pela quantidade de empregados da entidade – QE. Pode-se constatar um aumento progressivo ano após ano, para a explicação deste índice, comparou-se um ano com outro (neste caso, o ano anterior), os dados estão em percentuais para facilitar o entendimento. No ano de 2001 houve um acréscimo de 6,59% em relação ao ano de 2000; em 2002 houve um acréscimo de 14,64%; já em 2003 houve um

acréscimo de 4,95%; e, no último ano, 2004, foi de 8,48%. Fazendo-se uma análise do ano de 2000 para 2004, houve um acréscimo de 39,13%. Pode-se considerar este aumento significativo, embora o número de funcionários não tenha sofrido grandes alterações: iniciou no primeiro ano analisado com 99 funcionários, em 2000; passou para 100, em 2001; houve uma pequena diminuição em 2002, 97 funcionários; em 2003 houve um aumento para 101 e, no último ano analisado, 2004, passou para 103 funcionários. Estas variações são consideradas pequenas, ocorrendo devido ao aumento do lucro da empresa.

Considerações Finais

Neste artigo, procurou-se mostrar que existem mais formas de apresentar-se o resultado de uma entidade, não apenas por meio das tradicionais, como o Balanço Patrimonial, DRE, DLPA, DOAR. Há também a DVA que não está inclusa nos relatórios obrigatórios pela Lei nº 6.404. A DVA é um demonstrativo que não tem apenas o objetivo de mostrar o lucro para seus sócios, como é o caso da DRE, mas visa, principalmente, à área social, como, por exemplo, demonstrar em que foram destinadas as sobras, e é um demonstrativo de grande importância, tanto para o proprietário da empresa como para a sociedade.

Percebe-se, neste trabalho, o quanto a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é relevante aos empresários no momento da tomada de decisões, desde que seja elaborada para complementar os demonstrativos exigidos, obrigatoriamente, pela contabilidade. A DVA tem como objetivo demonstrar tanto a origem quanto a distribuição da riqueza e pode ser considerada como um demonstrativo feito pela empresa com o objetivo de prestar contas dos seus atos para a sociedade, ou seja, procura evidenciar, de maneira mais clara, qual é a sua real contribuição à sociedade, mostrando-se, dessa forma, uma empresa responsável. É a sociedade que dá plenas condições para a empresa sobreviver no mercado, não basta apenas ela apresentar um bom produto, pois se estiver prejudicando a sociedade, como, por exemplo, explorar seus funcionários ou até mesmo agredir o meio ambiente, esses podem ser fatores relevantes para que a empresa venha a ser prejudicada, já que o relacionamento que a empresa tem com a sociedade em geral é um fator de garantia da sua continuidade, até mesmo da sua própria sobrevivência.

Mesmo não sendo um demonstrativo obrigatório, todas as empresas deveriam elaborar e, até mesmo, publicar sua DVA, pois é uma peça fundamental que vem complementar o Balanço Social e tem como objetivo demonstrar a responsabilidade da empresa para com a sociedade e com o meio ambiente.

O objetivo geral, proposto no início desta pesquisa, foi o de demonstrar as principais fontes de geração de riqueza e onde a Cooperativa “W” aplica as mesmas.

Constatou-se, por meio da análise da DVA, qual é sua real participação na sociedade em que está inserida. Verificou-se que a maior parte das riquezas gerada pela empresa destina-se ao governo, com uma média nos cinco anos de 56,42%; em seguida vêm os empregados, com 35,24% da riqueza gerada pela empresa; e, por último, a empresa agrega 8,35% de suas riquezas ao seu capital próprio.

Quanto às fontes de riquezas, percebe-se claramente que a capacidade de gerar riqueza é da própria empresa, ficando com 97,97% da própria geração e, apenas, com 2,03% recebidas de transferências, no caso de recebimentos de receita financeira da Cooperativa.

Também, pode-se constatar que a entidade contribui com o desenvolvimento de outras entidades, por meio de insumos adquiridos de terceiros. Essa contribuição chega a uma média, nos cinco anos analisados, de 70% em relação a sua receita.

Através da DVA pode-se ter uma visão mais clara de como a Cooperativa “W” está aplicando suas riquezas e qual o impacto que ela proporciona a seus diversos colaboradores e a toda a sociedade, mostrando ser ela uma empresa que traz benefícios não somente a seus sócios, mas à comunidade em geral, mesmo que de forma indireta.

Referências

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuárias e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES, Silvério das, VICECONTI, Paulo Eduardo V.. **Contabilidade Avançada e análise das Demonstrações Financeiras**. 11ª edição, São Paulo: Frase Editora, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 5ª edição, São Paulo: Atlas, 1998.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli. “Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado”. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXXIII nº 149 – setembro/outubro 2004.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social: Teoria e prática**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduarde e COSENZA, José Paulo. “Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social”. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná**. Ano 29, nº 138 – 1º Quadrimestre de 2004.

Recebido em 18/05/2005

Aprovado em 02/10/2005

ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA COOPERATIVA "W"		2004	2003	2002	2001	2000
D V A						
1	RECEITAS	18.171.364,83	17.848.737,93	16.111.223,85	13.822.399,25	13.104.806,22
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	18.127.872,00	17.628.215,77	16.064.017,45	13.814.303,04	13.095.368,67
1.2	Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	Não operacionais	43.492,83	220.522,16	47.206,40	8.096,21	9.437,55
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	13.023.580,54	13.180.834,34	11.823.950,22	9.949.876,70	9.490.334,44
2.1	Matérias-primas consumidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2	Custos das mercadorias e serviços vendidos	11.907.654,62	11.656.869,56	10.555.459,89	9.270.477,65	8.827.492,03
2.3	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.115.925,92	1.523.964,78	1.268.490,33	679.399,05	662.842,41
2.4	Perda/Recuperação de valores ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	5.147.784,29	4.667.903,59	4.287.273,63	3.872.522,55	3.614.471,78
4	RETENÇÕES	112.686,97	116.552,96	122.406,86	127.406,86	135.927,60
4.1	Depreciação, amortização e exaustão	112.686,97	116.552,96	122.406,86	127.406,86	135.927,60
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	5.035.097,32	4.551.350,63	4.164.866,77	3.745.305,28	3.478.544,18
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	170.165,05	149.737,16	84.901,17	45.622,95	17.293,80
6.1	Resultado de equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2	Receitas financeiras	170.165,05	149.737,16	84.901,17	45.622,95	17.293,80
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	5.205.262,37	4.701.087,79	4.249.767,94	3.790.928,23	3.495.837,98
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.205.262,37	4.701.087,79	4.249.767,94	3.790.928,23	3.495.837,98
8.1	Pessoal e encargos	1.681.100,16	1.614.526,07	1.431.634,37	1.434.218,85	1.329.376,78
8.1.1	Contratação direta	1.623.715,22	1.567.790,92	1.408.027,17	1.419.733,85	1.326.376,78
8.1.2	Contratação indireta	57.384,94	46.735,15	23.607,20	14.482,00	2.678,00
8.2	Impostos, taxas e contribuições	2.825.749,20	2.792.583,07	2.546.631,32	2.035.949,56	1.914.173,20
8.3	Juros e aluguéis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8.4	Juros sobre capital próprio e dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8.5	Lucros retidos/prejuízo do exercício	698.413,01	293.978,65	271.502,25	320.759,82	252.288,00